

<b>AÇÃO</b>	<b>JUÍZO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>DISPOSITIVO IMPUGNADO</b>	<b>CONTEÚDO DA NORMA IMPUGNADA</b>	<b>TESES</b>
ORDINÁRIA	9ª VARA FEDERAL DO DISTRITO FEDERAL	SINAL	Art. 149, §§ 1º-A e 1º-B (CF)	Incidência sobre proventos acima do valor do salário-mínimo; contribuições extraordinárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ausência de criação de unidade gestora do RPPS;</li> <li>- necessidade de transparência e eficiência da gestão;</li> <li>- inexatidão da avaliação dos dados utilizados para realização da avaliação atuarial</li> </ul>
ADI	STF	AJUFE	Art. 11, §§ 1º, inc I a VIII, 2º, 3º e 4º (EC) Art. 149, §§ 1º, 1º-A, 1º-B e 1º-C (CF)	Alíquotas progressivas; contribuições extraordinárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- violação aos princípios da referibilidade, do equilíbrio financeiro-atuarial e da isonomia;</li> <li>- vedação à instituição de tributo como forma de confisco;</li> <li>- violação ao princípio da capacidade contributiva.</li> </ul>
ADI	STF	ANADEP	Art. 40, § 22, X (CF) Art. 149, §§ 1º, 1º-B e 1º-C (CF) Art. 195, II (CF) Art. 9º, § 8º Art. 11, §§ 1º, inc IV a VIII, 2º e 4º (EC) Art. 4º, caput, e § 2º (EC) Art. 26, § 3º (EC) Art. 25, § 3º (EC) Art. 35, inc III e IV (EC)	Contribuições ordinárias e extraordinárias; alíquotas progressivas; nulidade aposentadorias com tempo RGPS sem a devida contribuição; regras de transição	<ul style="list-style-type: none"> <li>- violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e proteção à confiança;</li> <li>- violação aos princípios da proibição de excesso e da vedação à proteção deficiente;</li> <li>- a progressividade é incompatível com a natureza de contribuição previdenciária;</li> <li>- confisco estatal;</li> <li>- violação à natureza constitucional das regras de transição;</li> <li>- violação ao direito adquirido e inviabilização do direito fundamental à aposentadoria;</li> <li>- violação ao princípio da irredutibilidade de vencimentos;</li> <li>- violação ao princípio da isonomia (diminuição de TC para mulheres apenas do RGPS) e</li> </ul>

					discriminação das mulheres filiadas ao RPPS.
ADI	STF	AMB, CONAMP, ANPT, ANAMATRA, ANPR	Art. 149, §§ 1º, 1º-A, 1º-B e 1º-C (CF) Art. 9º, §§ 4º e 5º (EC) Art. 11, caput, e §§ 1º, 2º, 3º e 4º (EC)	Contribuições extraordinárias; alíquota mínima para Estados, DF e Municípios; alíquotas progressivas	- violação à independência funcional, irredutibilidade remuneratória e unidade orgânica por escalonamento; - caráter confiscatório das alíquotas progressivas e da contribuição extraordinária, contribuição previdenciária sem a devida retribuição/contraprestação; - ausência de estudo atuarial.
ADI	STF	AMB, CONAMP, ANPT, ANAMATRA, ANPR	Art. 25, § 3º (EC)	nulidade aposentadorias com tempo RGPS sem a devida contribuição	- direito adquirido a contabilizar tempo de serviço até a edição da EC 20; - tempo de advocacia; - tempo ficto de 17% aos magistrados e membros do MP; - regras de transição não podem compatibilizar com possibilidade de revogação superveniente
ADI	STF	ANFIP	Art. 40, § 22, X (CF) Art. 149, §§ 1º, 1º-B e 1º-C (CF) Art. 9º, §§ 5º e 8º (EC) Art. 11, § 1º, inc IV a VIII, 2º, 3º e 4º (EC) Art. 23 (EC) Art. 24 (EC) Art. 25, § 3º (EC)	Contribuições ordinárias e extraordinárias; alíquotas progressivas; nulidade aposentadorias com tempo RGPS sem a devida contribuição; pensão por morte e acumulação de benefícios	- violação à cláusulas péticas (garantias individuais dos contribuintes e suas imunidades); - violação ao princípio da vedação de utilização de qualquer tributo com efeito confiscatório; - violação ao princípio da isonomia tributária; - violação ao equilíbrio atuarial (sem causa suficiente, não se justifica a instituição ou majoração da contribuição da seguridade social, devendo haver correlação entre custo e benefício); - violação do ato jurídico perfeito.

**ATUALIZADO EM 04.12.2019**